

EM DIREITO NÃO SE MEXE: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NAS ATIVIDADES DOS PROFISSIONAIS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

Juliana Alves Barbosa

Mestranda do curso Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais –
PRPPG- Universidade de Taubaté - UNITAU-
juliana-alvesbarbosa@hotmail.com

Elisa Maria Andrade Brisola

Docente do Depto. de Serviço Social e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Universidade de Taubaté – UNITAU –
elisabrisola@uol.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta um recorte da dissertação de Mestrado, cujo objetivo busca refletir o trabalho interdisciplinar dos profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na efetivação dos direitos dos usuários. Para tanto se utilizou da metodologia qualitativa no processo de investigação. Para coleta de dados utilizou-se metodologia da História Oral e a técnica de entrevistas a partir de eixos norteadores. A pesquisa se desenvolveu com os profissionais dos CRAS (6) de áreas distintas. As análises mostram a importância da temática pesquisada, pois embora não consiga conceituar o que é interdisciplinaridade, maior parte dos profissionais revela que seu trabalho é interdisciplinar, o que favorece uma intervenção na totalidade, ultrapassando o mundo das especializações e da fragmentação, buscando garantir deste modo a cidadania.

Palavras chaves: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Interdisciplinaridade e Direitos

ABSTRACT

This article presents part of the Master's thesis, whose objective seeks to reflect the interdisciplinary work of the Social Assistance Reference Centers (SARC) professionals in the effectuation of the users rights. For this purpose, it was used the qualitative methodology in the investigation process. The Oral History methodology and the technique of interviews from the guiding principles were used for data collection. The research was developed with SARC (6) professionals from distinct areas. The analyzes show the importance of the researched subject, as though it can not conceptualize what is interdisciplinarity, most of the professionals reveals that its work is interdisciplinary, which favors an intervention at all, beyond the world of spatializations and fragmentation, seeking to ensure the citizenship this way.

Key words: Social Assistance Reference Centers (SARC); interdisciplinarity; rights

1 INTRODUÇÃO

Diante da crescente demanda e dos seus diversos perfis apresentados aos profissionais da Política de Assistência Social, nota-se que é fundamental criar novas articulações e estratégias para sua atuação e intervenção.

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desde 2005 estabelecem uma política que prevê a diversidade e as diferenças sociais em todo o território nacional, bem como consegue estabelecer o parâmetro de direito e não de benemerência, buscando assim romper com o caráter filantrópico que marcou a história da assistência social.

Para tanto, o SUAS estabelece dois níveis de proteção social: básica de caráter preventivo – e especial – quando ocorre violação de direitos,¹ bem como organiza e define elementos essenciais à execução da política de assistência social, sendo eles: Matricialidade Sócio Familiar; Descentralização Político – Administrativa e Territorialização; Novas Bases para Relação Entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; A Política de Recursos Humanos; Informação, Monitoramento e Avaliação.

Deste modo, o SUAS modelo de gestão descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização de serviços socioassistenciais, tendo como foco às famílias e o território como base de organização (BRASIL, 2004).

Priorizando aqui, a proteção social básica sem dar menos importância à especial, é válido enfatizar que a proteção social básica se realiza a partir de um equipamento público “capaz” de garantir a atenção integral às famílias em determinado território – o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), também conhecido como Casa da Família.

Assim, o Centro de Referência de Assistência Social é:²

- a unidade estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- a unidade efetivadora da referência e contra-referência do usuário na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas;
- a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS;
- a unidade que organiza a vigilância social em sua área de abrangência;
- uma unidade pública que concretiza o direito socioassistencial quanto à garantia de acessos a serviços de proteção social básica com matricialidade sócio-familiar e ênfase no território de referência;

¹ Para maiores informações vide Norma Operacional Básica do SUAS.

² Manual de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social, Junho/2006: p. 13.

- um equipamento onde são necessariamente ofertados os serviços e ações do Programa de Atenção à Família (PAIF) e onde podem ser prestados outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária e de sobrevivência a riscos circunstanciais.

Destarte, os programas, projetos e serviços desenvolvidos no CRAS com as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visam à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário, evitando a focalização e o trabalho por segmentos. Tais ações são desenvolvidas com o membro da família, com o grupo familiar ou com grupos de famílias (BRASIL, 2004).

Portanto, conforme a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aborda da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, afirma-se que;

[...] proteção social básica: trabalho social com as famílias de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2009).

Nessa ótica, ao se introduzir a questão dos serviços socioassistenciais nas perspectivas de continuidade, prevenção, proteção e qualidade de vida, torna-se imprescindível falar do trabalho interdisciplinar.

Pois,

O trabalho dos assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social requer interface com as políticas da saúde, Previdência, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, Comunicação Social, segurança, habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos (as) cidadãos (ãs) aos direitos sociais. As abordagens das duas profissões podem somar-se com intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência (...). Ao integrar a equipe dos (das) trabalhadores (as) no âmbito da política de Assistência Social, esses profissionais podem contribuir para criar ações coletivas e enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sócio-político de uma nova sociedade que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida. Dessa forma, o trabalho interdisciplinar deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizar o indivíduo pela sua condição sócio-econômica (CFESS, 2007).

Nesse sentido, quando se pensa na ação interventiva dos assistentes sociais e psicólogos nos CRAS, percebe-se que esta temática é essencial, pois, “na violação de direitos, estamos nós na crista da onda, intervindo a partir de modelos estabelecidos por nossas verdades – estas datadas e construídas sócio-históricamente (FRAGA, 2011, p. 184-185).

È preciso esclarecer que no pensamento marxiano “as idéias dominantes de uma época representam sempre as idéias da classe domina economicamente aquela sociedade”

(GADOTTI, 1989, p. 47), ou seja, “é na prática humana coletiva, na experiência das sociedades, que o homem tem de demonstrar, e construir, a verdade (GADOTTI, 1989, p.49)

Assim, a intervenção destes profissionais pensada interdisciplinariamente conseguiria romper com o ordenamento social do capital, bem como com o mundo especialístico que fragmenta o sujeito, pois parte-se do pressuposto que a interdisciplinaridade permite que um profissional conheça qual é a concepção de mundo, de homem e de sociedade que o outro profissional tem para poder identificar possíveis pontos de diálogos e de intercessão no trabalho em conjunto, ou seja,

[...] criar espaços democráticos e plurais permanentes no interior das equipes para que possam planejar em conjunto as suas ações, pois somente assim é possível discutir com honestidade e segurança os limites e potencialidades da intervenção de cada profissional (ORTIZ, 2011, p. 199)

Desta forma, o trabalho interdisciplinar torna-se uma possibilidade de intervenção ao assistente social e ao psicólogo, de acordo com seus parâmetros de atuação citados abaixo.

Assistente social deve realizar:

- a leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida; - identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos (as) trabalhadores (as) em defesa de seus direitos; - formulação construção coletiva, em conjunto com os (as) trabalhadores (as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação de direitos (CFESS, 2007, p. 17)

O psicólogo deve:

- realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações; - realizar diagnóstico psicossocial que viabiliza a construção de projetos de intervenção; - coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e sócio-culturais dos seus membros (CFESS, 2007, p. 35)

E mais,

Uma das possibilidades do trabalho realizado na comunidade com as famílias, grupos e indivíduos, pelos psicólogos, é a exploração e a compreensão dos significados presentes nas ações do sujeito, bem como dos grupos de sujeitos, buscando-se-lhes apreender o sentido que leva a determinadas direções de relacionamentos, conflitos e decisões com foco na construção de novas respostas (CFESS, 2007, p. 36)

Portanto, este artigo pretende ser indagador antes mesmo de ser um trabalho criador, esclarecedor proporcionando momentos de reflexão e autocrítica aos profissionais.

2 METODOLOGIA

A priori, ao partir da concepção de que a realidade vivenciada pelos sujeitos e pela pesquisadora está em constante construção, e de que não é possível compreendê-la em sua imediaticidade³, mas inserida numa ótica de totalidade e historicamente determinada, a pesquisa pretendeu refletir acerca de questionamentos propostos a partir de uma linha teórico-metodológica crítica, embasada na perspectiva histórica e dialética da realidade social.

A respeito dos procedimentos técnicos utilizou como metodologia a História Oral, e como técnica para coleta de dados a entrevista, a partir de um roteiro, o qual se constituiu em eixos norteadores da análise e esta se deu pela metodologia/técnica de triangulação.

A pesquisa foi realizada com seis sujeitos sendo: três psicólogos; três assistentes sociais, num universo de três assistentes sociais e seis psicólogos nos CRAS. Tal demanda partiu do princípio que a amostragem do universo da pesquisa teve como principal preocupação “[...] abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.” (MINAYO, 1994, p.43), uma vez que, a escolha dos sujeitos da pesquisa constitui-se uma etapa importante pelo intuito de obter maior proximidade dos fatos e informações mais concisas a cerca da realidade. O município escolhido foi Pindamonhangaba, e a seleção desta cidade deveu-se a três fatores: primeiro, baseou-se na divisão por porte⁴, estabelecida pela PNAS, a qual se orienta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); segundo, o município apresenta cinco CRAS em territorialidades bem distintas, o que proporcionou maior representatividade nos resultados obtidos e o terceiro a acessibilidade, pois a pesquisadora reside e trabalha no Município.

Ressalta-se que projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Taubaté conforme preconiza a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Após aprovação

³ “A aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. Estas já estão contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediaticidade são postas à luz” (LUKÁCS, 1978, p. 106, apud PONTES, 1999, p. 17)

⁴ Considera-se o Município de Pindamonhangaba de grande porte, já que pela classificação do IBGE (2007) os municípios que possuem até 20.000 habitantes são considerados pequeno porte 1; os que possuem de 20.001 até 50.000 são considerados pequeno porte 2; os que possuem 50.001 a 100.000 são de médio porte e os que possuem de 100.001 a 900.000 habitantes são considerados grande porte.

CEP 508, se encaminhou um ofício para o Departamento de Assistência Social solicitando autorização para realização das entrevistas.

Depois da autorização (Termo de autorização) da diretora do Departamento realizou-se uma reunião com os profissionais do referido setor, na qual se apresentou a pesquisa e seus objetivos; a partir daí os profissionais interessados em participar se prontificaram voluntariamente e foram orientados quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram previamente agendadas e executadas separadamente, antes de iniciarmos as mesmas, cada profissional respondeu um questionário de identificação e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi confeccionado em duas vias uma para a pesquisadora e outra para o sujeito de pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A interdisciplinaridade surgiu nos anos 70 como às necessidades de uma abordagem mais integradora da realidade. Ainda que muitas vezes esteja associada a modismo ou á realização de projetos apenas aparentemente ou pseudo-interdisciplinaridades na área da educação, ela nasce da hipótese de que, por seu intermédio, é possível superar os problemas decorrentes da excessiva especialização, contribuindo para vincular o conhecimento à prática (DENCKER, 2002, p. 19 apud FAVARÃO; ARAUJO, 2004, p. 105).

Conforme Peleias et al, (2011, p. 506) “ No Brasil, o conceito de interdisciplinaridade chegou com a obra de Georges Gusdorf, seguida por Jean Piaget” os quais influenciaram o pensamento de Hilton Japiassu e o de Ivani Catarina Arantes Fazenda, na epistemologia e na educação respectivamente.

Gomes (2001, s.p) também assegura que em 1995 a UNESCO realizou um simpósio com título de *A ciência e as fronteiras do conhecimento* que apontou novos paradigmas que propuseram uma interligação, uma re-ligação das áreas tratadas isoladamente, tais discussões resultou na chamada Declaração de Veneza.

Entretanto, Pombo (s.d., p. 2) já dizia que muitos são os que escrevem , pesquisam sobre interdisciplinaridade, porém o conceito não está relativamente estável, pois suas definições são muitas, e usadas de diferentes maneiras e em diversos contextos.

No entanto, para compreendê-la no cerne de desta discussão toma-se a definição apresentada por diversos autores no intuito de não minimizá-la, assim como apreender sua dimensão na totalidade.

Uma atuação interdisciplinar é, portanto aquela que possibilita a interlocução horizontal entre os diversos saberes e práticas, sem desconsiderar as particularidades de cada profissão, nem a natureza da contribuição de cada um dos sujeitos [...] trabalhar em uma equipe interdisciplinar na minha opinião , significa antes de tudo, compreender exatamente, em que consiste o objeto de intervenção de cada profissional integrante desse tipo de equipe (ORTIZ, 2011, p.195).

Não se trata de ter nos homens o objeto da investigação, do qual investigador seria o sujeito [...] mas, o seu pensamento-linguagem referido á realidade, os níveis de percepção dessa realidade, sua visão do mundo. Neste sentido, a interdisciplinaridade se preocuparia não com a verdade de cada disciplina, mas sim com a verdade do homem enquanto ser do mundo. Se assim não for teremos uma multidisciplinaridade (FAZENDA, 2003, p.39).

[...] a interdisciplinaridade se dá pela intensa troca entre especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas em um mesmo projeto. Visa a recuperar a unidade humana, pela passagem da subjetividade para intersubjetividade. Além disso, recupera a idéia primeira de cultura (formação do homem), o papel da escola (formação do homem inserido em sua realidade) e do homem (agente das mudanças do mundo). Mais do que identificar um conceito para interdisciplinaridade, os autores buscam encontrar seu sentido epistemológico, seu papel e suas implicações sobre o processo do conhecer (JAPIASSU, 1976, apud PELEIAS, 2011, p. 507).

Contudo, Favarão e Araújo (2004, p. 106) esclarecem que a interdisciplinaridade não se limita a técnica didática, nem um método de investigação, bem como não se reduz a um denominador comum, aliás os autores afirmam que a mesma deve ser vista como elemento teórico-metodológico da diversidade e da criatividade.

A partir desse pressuposto, segue as falas dos profissionais. A maioria respondeu que o CRAS possui um trabalho interdisciplinar, ao mesmo tempo buscavam conceituá-lo e diferenciá-lo do multidisciplinar.

Na prática acho que isso oscila aqui, tem muitos momentos que a gente é multidisciplinar porque são vários profissionais no mesmo espaço trabalhando junto, mas cada um com a sua especialidade que até dialogam e se comunicam trocam figurinhas, mas na hora de agir cada um age da sua forma. Acho que algo que tem oscilado, pois de um tempo para cá a gente tem trabalhado mais como uma equipe interdisciplinar. O que eu entendo disso não sei se é o conceito exato, mas é quando a equipe tem uma questão, atende uma família, um indivíduo coisa e tal e consegue trabalhar junto, pode até atender separadamente ou junto, mas fala a mesma linguagem , está trocando figurinha sempre atende junto, a escuta nossa não é igual e não vai ser, a escuta do psicólogo e diferente do assistente social e isto é fato, por isso é interdisciplinar, porque eu acho que complementa. (Psicólogo 1)

[...] a gente consegue fazer com que os conhecimentos sejam realmente unidos e não separados em saberes. Então nesse sentido é tranquilo não tem essa coisa de isso é meu e isso é seu, isso é do seu saber, há uma troca de saberes e que de acordo com a problemática, com o que vai ser trabalhado cada um pode disponibilizar o seu saber em função do objetivo. [...] porque multidisciplinar esta completamente fora dessa questão sócio-educativa, eu acho que não dá para juntar as duas coisas

quando a gente faz multi é como a gente dividisse o próprio usuário, o próprio pensamento em compartimentos e ele não é compartimentado. (Psicólogo 2)

Bom, agora você me pegou, pois a diferença entre eles eu já não... acho que é interdisciplinar pois um complementa o outro, porque muitos profissionais acham que o assistente social tem que fazer a sua parte e o psicólogo ficar na sua sala fazendo o que é de sua parte. (Assistente social 1)

Acho que o trabalho interdisciplinar é muito rico, no CRAS onde eu trabalho isso acontece naturalmente no dia a dia. Em todas as questões seja nas atividades grupais ou individual a gente discute, os vários profissionais que já passaram por aqui na área da psicologia e do serviço social a gente sempre conversa discute, percebe as coisas de forma diferente [...] não existe uma maneira única de trabalhar, o trabalho não é dividido como coisa de assistente social e coisa de psicólogo. (Psicólogo 3)

As pessoas precisam ser equipe, não que seja uma coisa massificada todo mundo igual, não! as pessoas são diferentes, mas elas precisam ter comprometimento, o comprometimento da classe trabalhadora, porque se ela sente trabalhadora eu acho que as coisas[...] a visão de mundo, a gente vai caminhar junto e com o mesmo objetivo, o objetivo da emancipação social, da inclusão e de tudo de bom que as pessoas tem. (Assistente social 2)

Portanto, as apreciações mais citadas foram:

- falar a mesma linguagem;
- troca de figurinhas;
- um complementa o outro;
- conhecimentos unidos e não saberes separados;
- unir forças, não haver competição profissional;
- não haver divisão, coisa de psicólogo e coisa de assistente social.

Percebe-se que, ambos embora apresentem formação diferente notam que é na interação dos seus saberes, respeitando suas particularidades, que o objetivo maior é alcançado, ou seja, a melhoria da qualidade de vida dos usuários, a conquista ao direito reivindicado, a reflexão crítica da realidade, enfim a busca por uma transformação social que parta das ações coletivas.

Nesta perspectiva, Fazenda (2003, p. 36) reflete:

[...] uma reflexão verdadeiramente crítica nos possibilitará a compreensão em termos dialéticos das diferentes formas como o homem conhece. Então, a necessidade da superação da compreensão ingênua do conhecimento humano. O pensar crítico leva o homem a se descobrir em situação, a admirar a realidade e assim, apropriar-se da temática do conhecimento que não é fixa pó não serem fixas as relações homem-mundo.

Outro elemento muito importante compreendido pelos sujeitos da pesquisa foi a concepção da interdisciplinaridade permitir vislumbrar o usuário como um todo, inserido num

contexto social que vai muito além da suas condições de vida, de suas escolhas pessoais, pois o trabalho interdisciplinar teve ser orientado por uma perspectiva de totalidade, que supere as expressões da questão social tidas atualmente como situações natural do cotidiano (ORTIZ, 2011).

Coisa que eu não percebo a assistente social percebeu coisas que ela não percebe eu vou perceber, depois a gente consegue sentar junto um com o outro e junto com a família e dialogar junto eu acho que funciona muito mais porque a gente consegue **ver a pessoa como um todo** de fato, como diz a teoria, e a teoria só faz sentido se for vivenciada na prática.(psicólogo 1, grifo nosso)

Ele tem uma vida que envolve os conflitos familiares, as relações que ele tem, envolve a comunidade e isso tudo é um ser só e quando a gente faz esse trabalho interdisciplinar a gente consegue trabalhar com ele de uma forma única, **a gente vê ele como um todo**; então não dá para dividir o usuário, a gente vem diz nesse momento seu aspecto é o emocional então é o psicólogo que vai dar conta, se o aspecto é material ou esta passando por uma carência por falta de coisa então é com a assistente social, então a gente procura sempre trabalhar em todos os atendimentos de forma unida, juntos para que ele possa ser visto como ser único que isso é importante para ele e isso também é importante nos trabalhos em grupo.(Psicólogo 2, grifo nosso)

[...] então a gente acaba tendo uma visão mais global daquela família e daquela pessoa então seria interdisciplinar e é muito rico. (Assistente social 1)

Embora os profissionais entendam que cada profissão tem suas especificidades, não tendo uma ciência como única, um psicólogo percebe que precisa ter uma postura e metodologia em comum.

Então dentro de cada disciplina, de cada saber obviamente que dependendo de onde o problema se focaliza mais na área da assistência social ou na questão psicológico cada técnico vai trabalhar dentro do seu saber, mas de uma forma geral tanto o assistente social como o psicólogo tem a mesma forma de ver o problema, a mesma forma de encarar como aquilo... de acolher quem esta vindo é uma coisa bastante importante, pois ai não tem uma disputa de saberes, um não sabe mais que o outro. A gente vê que não são os profissionais que estão ali para atender é uma equip.. Então nesse sentido é tranquilo não tem essa coisa de isso é meu e isso é seu, isso é do seu saber, há uma troca de saberes e que de acordo com a problemática, com o que vai ser trabalhado cada um pode disponibilizar o seu saber em função do objetivo. (Psicólogo 2)

Nota-se então que “a interdisciplinaridade decorre mais do encontro entre indivíduos do que entre disciplinas” (FAZENDA, 2003, p.71)

A autora também afirma que “a interdisciplinaridade leva todo especialista reconhecer o limites de seu saber para acolher as contribuições das outras disciplinas” (p. 43). Isto é perceptível nas falas já citadas dos sujeitos, porém mais especificamente na fala abaixo.

[...] respeitar o saber do outro e de entender que eu não tenho a verdade, que tem coisa que eu não sei e tenho que perguntar para o outro, a gente trabalha isto com o grupo, mas as vezes a gente também está em debito com isto. Às vezes a gente é muito bom palestrante, orientador de grupos, mas as vezes o nosso trabalho interno

quando vai discutir esses casos e vai conversar essas situações, a gente pega em resistências nossas; de aceitar isso, de pedir desculpas, pedir uma ajuda, a gente as vezes fala coisa que é do trabalho do outro dá uma opinião mais agressiva. [...] Então eu acho que quando os profissionais têm maturidade para aceitar crítica, para ouvir, compartilhar, para falar do que faz e não ficar guardando para si eu acho que funciona bem e aqui eu avalio uma experiência muito positiva, um CRAS que eu não tenho a mínima vontade de trocar, porque eu vejo que aqui a gente tem diálogo. (Psicólogo 1)

Quando os profissionais falam diretamente sobre a prática com grupos trazem para discussão que não há um saber pronto, isto é, até mesmo nas atividades do dia-a-dia o conhecimento não é imposto, há um respeito aos saberes dos colegas e dos participantes (família/indivíduo).

[...] é que a gente não leva um saber pronto, a gente instiga um pensamento, por exemplo cidadania é um tema, mas e o conceito do que é? não importa a gente não vai ensinar o que é, é necessário ouvir o que elas sabem e como elas se vêem, ser cidadão é isto, então aonde eu estou neste lugar. Nem sempre a gente consegue, mas temos bons resultados, é um processo lento que a gente chama de paciência histórica, a gente planta uma semente aqui e vai colher às vezes até uma ano depois, ajuda a gente a lidar com a angústia de não ter resultados. (Psicólogo 1)

[...] como eu falei anteriormente, é um conhecimento que se a gente traz pronto não sabe se esta atingindo ou não, eles não respondem e quando eles se colocam, falam, criticam, elogiam ou concordam e discordam e colocam como é a vivência deles a gente mais próximo a realidade. (Psicólogo 2)

Logo, assistentes sociais e psicólogos teriam que compartilhar de conceitos fundamentais como: sujeito de direitos, autonomia, emancipação e cidadania para executar um trabalho interdisciplinar.

Para tanto, tendo como referências os autores já citados apresentar-se-á alguns itens fundamentais para desenvolver um trabalho sócio-educativo interdisciplinar:

- ter uma intervenção e uma prática interdisciplinar que deixe de lado o ordenamento social do capital, que minimiza os espaços de direitos e amplia as ordenações de disciplinas dos corpos;

- pensar o exercício interdisciplinar que ultrapasse o mundo de especializações;

- usar de uma metodologia que envolva construção de um novo conhecimento a partir da teoria e da prática do assistente social e psicólogo.

Não se deseja não considerar os conhecimentos e a prática já produzidos nas áreas da psicologia e do serviço social, mas “[...] rompidas às fronteiras das disciplinas [...] impõe-se considerar que a interdisciplinaridade é condição também da prática social” (CAVALANTE; MORTARA, 2004, p.94).

Sendo assim, Fraga (2011, p. 187) conclui,

[...] o imperativo é o exercício do diálogo teórico-prático, a ultrapassagem e a destruição das fronteiras e dos muros. Esse exercício por vezes nos abre portas, outras vezes nos as fechá-las, mas, sobretudo, nos faz circular. No campo social, não é o domínio de determinado conhecimento, não é a delimitação de uma área ou de determinada técnica ou método que traz a especificidade do campo, o que faz a especificidade do campo são as verdade que ele nos coloca, não estamos falando de campos diferentes, estamos falando de fenômenos humanos.

Desta forma, não se ambiciona propor a eliminação das disciplinas, mas criar uma relação entre elas a fim de alcançar um trabalho cooperativo e reflexivo com um ponto de convergência em comum – a ação (FAVARÃO; ARAUJO, 2004, p. 112), pois “ao compartilhar idéias, ações e reflexões, cada participante é, ao mesmo tempo, ator e autor do processo”.

Contudo, neste momento gostar-se-ia de trazer para o debate a fala de umas das assistentes sociais, embora sua fala não se assemelhe em alguns aspectos com as demais, traz um elemento importante – a intersetorialidade, mesmo sem a intenção de fazê-lo ou dizê-lo.

Como você sabe o trabalho aqui no CRAS muitas vezes é prejudicado por falta de recursos, e um deles seria utilizar a multidisciplinaridade para favorecer nosso trabalho. Vejo hoje o trabalho do CRAS apenas interdisciplinar, apesar de estarmos sempre procurando contato com profissionais de outras áreas. Penso que para o fortalecimento do combate a pobreza e acesso aos direitos, o trabalho sócio-educativo é um instrumento eficaz, que deveria ser sempre multidisciplinar, a fim de proporcionar ao grupo maior clareza sobre diversos eixos de estudos e de temas das problemáticas que apresentamos e os indivíduos nos trazem. Enquanto isso não acontece com frequência, buscamos aperfeiçoamento. (Assistente social 3)

A multidisciplinaridade colocada pela assistente social diz respeito à participação de outros profissionais das demais políticas saúde, educação, cultura, habitação, etc., neste trabalho, não se restringe somente aos assistentes sociais e psicólogos, por isso a intersetorialidade (integração de vários setores). A assistente social consegue sem perceber, falar da importância das políticas trabalharem juntas para serem eficazes nas propostas e execução das intervenções para o exercício da cidadania dos indivíduos, famílias e/ou grupos por eles atendidos.

Tal pensamento não estaria de todo desconexo do que já foi abordado se analisado a partir do que Fazenda (2003, p. 69) comenta quando discorre sobre parcerias e interdisciplinaridade⁵.

A parceria, portanto, pode constituir-se em fundamento de uma proposta interdisciplinar, se considerarmos que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma racional. A parceria numa tentativa de iniciar o diálogo com outras formas

⁵ Para maiores detalhes sobre o assunto consultar FAZENDA (2002).

de conhecimento a que não estamos habituados e, nessa tentativa, a possibilidade de interpenetração delas.

Todavia, nota-se que os dados oferecidos confirmam que a percepção dos sujeitos sobre interdisciplinaridade desvenda que sua postura está além da intuição, pois a família e/ou indivíduo atendido é visto como um todo sem divisão de saberes, o que proporcionará uma intervenção mais sólida, a fim de promover uma transformação que inicie com a tomada de consciência individual e alcance à coletiva, concretizando a emancipação política/humana possibilitando reais conquistas de direitos e uma intervenção que ultrapasse o imediato, mas perpassa o singular, o particular e o universal.

È preciso esclarecer que, entende-se por emancipação humana

[...] conforme a teoria marxista, segundo a qual significa a superação de processos de alienação e de dominação-exploração a que estão submetidos os indivíduos na sociedade burguesa. Nessa perspectiva teórica, “só se realizará plenamente com a liquidação do capitalismo. Contudo, a antecipação e projeção da realização da emancipação humana devem se constituir no norte a balizar as lutas sociais no presente” (VINAGRE, 2010, p. 111).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que as atividades desenvolvidas no CRAS tendo a interdisciplinaridade como pilar favorece uma prática mais reflexiva, já que se teria que integrar os conhecimentos e saberes com o intuito de alcançar objetivos em comum, os quais envolveriam melhor qualidade de vida aos atendidos, bem como melhor expectativa de acesso aos direitos.

Observa-se então que a interdisciplinaridade proporcionaria aos profissionais uma análise crítica do contexto e/ou da realidade, elemento importante em práticas interventivas, pois não se deve esquecer a conjuntura social, política e econômica, nem o histórico da política de assistência social, pois diante de seus avanços e retrocessos, entende-se que grande é o desafio para uma práxis interdisciplinar.

CONCLUSÃO

Retomando o objetivo proposto neste artigo de refletir o trabalho interdisciplinar dos profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na efetivação dos direitos dos usuários constatou-se que embora não saibam conceituá-la (interdisciplinaridade) formalmente, todos os profissionais afirmam desenvolver um trabalho interdisciplinar, o qual assume uma dimensão muito importante no seu cotidiano, uma vez que, proporciona uma

intervenção que vislumbre o todo e ultrapassa o mundo das especializações e da fragmentação;

Assim, a interdisciplinaridade emerge como questão necessária na prática dos profissionais dos CRAS, já que estes estão diretamente ligados ao enfrentamento das expressões da Questão Social (A Questão Social é expressão da contradição entre capital-trabalho, incorporando ainda a resistência da classe trabalhadora nesse embate. Manifesta-se na sociedade capitalista em suas diferentes expressões; Exemplo: desemprego, educação, entre outros), que hoje afligem muitas famílias, pois se percebe que a busca os serviços públicos parte tanto de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal ou não, como os que se encontram excluídos do sistema de produção.

Entretanto, tal discussão enseja a oportunidade de novas pesquisas, principalmente no que se refere a novas propostas interdisciplinares que visão realizar e reconhecer o trabalho numa expectativa emancipatória, já que a PNAS propõe que seus serviços levem a população a autonomia e cidadania plena. Mesmo porque a interdisciplinaridade ainda não é discutida nas salas de aula dos cursos de Serviço Social e Psicologia, bem como o próprio ensino superior brasileiro ainda tem como desafio uma didática interdisciplinar conforme ratifica Favarão; Araujo (2004) e Peleias et al (2011).

Portanto, reconhecer o trabalho interdisciplinar e tudo que ele acarreta como peça essencial na concretude dos serviços, programas e projetos do CRAS, significa, também reconhecer os avanços na luta social pelo efetivo e concreto acesso aos direitos previstos na Lei orgânica de Assistência Social (LOAS) e na PNAS, tendo como protagonista dessa conquista e transformação os usuários da assistência social e das demais políticas públicas.

Deste modo, conclui-se que dentro da realidade vivenciada pelos sujeitos da pesquisa a interdisciplinaridade é tida como essencial para suas atuações/intervenções, principalmente, no intuito de construir uma práxis mais reflexiva e coletiva que leve à consolidação da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, DF, 25 Nov. 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

CAVACANTE, Osmar; MORTARA, Patrícia Cintra. Interdisciplinaridade no trabalho socioeducativo. In: WANDERLEY, Mariângela Belfiore (Org.). **Trabalho com famílias: textos de apoio**. São Paulo: Ed. IEE-PUC, 2004. v.2.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na política de Assistência Social**. Cartilha final, 2007. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/cartilhafinal>>. Acessado em 13 jun. 2011.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo, Paulus, 2003.

_____. **Interdisciplinaridade**, um projeto em parceria, São Paulo, Loyola, 7^aed., 2002

FAVARÃO, Neide Rodrigues Lago; ARAÚJO, Cíntia Souza. Alferes. Importância da Interdisciplinaridade no Ensino Superior. **EDUCERE- Revista da Educação**. Umuarama, v. 4, n.2, p103-115, jul./dez., 2004.

FRAGA, Vivian. Interdisciplinaridade e Assistência Social. In: Conselho federal de Serviço Social. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional**. Brasília: CFESS, 2011, p. 180-187.

GADOTTI, Moacir. **Marx: transformando o mundo**. São Paulo, FTD, 1989.

GOMES, Henriette. Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de características a critério delineador de seu núcleo principal. **Revista de Ciência da Informação**. v.2, n.4, s.p., ago. 20001.

IBGE, Censo 2007. Disponível em <HTTP: [WWW.ibge.gov.br/home](http://www.ibge.gov.br/home)>. Acesso em 06 jun. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994 (Coleção temas sociais).

ORTIZ, Fátima da Silva. Interdisciplinaridade e Assistência Social. In: Conselho federal de Serviço Social. **O trabalho do/a Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional**. Brasília, CFESS, 2011, p. 188-199.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. Interdisciplinaridade no Ensino Superior: análise da percepção de professores de Controladoria em cursos de Ciências Contábeis na cidade de São Paulo. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, São Paulo, v.16, n. 3, p. 499-532, Nov. 2011.

POMBO, OLGA. Epistemologia da Interdisciplinaridade. Disponível em: WWW.educ.fc.pt/docentes/opombo/investigação/portofinal.pdf. Acesso em: 08 de julho. 2012

PONTES, Reinaldo. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. **Boletín Electrónico Surá**, Universidad de Costa Rica, 1999. Disponível em: WWW.ts.ucr.ac.cr/suradoc.htm. Acessado em 07 mar. 2012.

VINAGRE, M. Ética, Direitos e Projeto profissional Emancipatório. In. FORTI, V.; GUERRA, Y. **Ética e Direitos: Ensaio críticos**. 2ª Ed. Revisada. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.